



**29 DE JUNHO DE 2016**

**Quarta-feira**

- INDÚSTRIA ELEVA CONFIANÇA E REDUZ OCIOSIDADE EM JUNHO
- Ford unirá linhas de produção para cortar ociosidade
- Ford e sindicato chegam a acordo e evitam 850 demissões
- METALÚRGICOS DA KARMANN-GUIA VÃO À JUSTIÇA PEDIR FALÊNCIA DA EMPRESA
- ARTIGO: O SETOR PRODUTIVO QUER SUSTENTABILIDADE
- Governo garante benefício à criança com microcefalia e amplia Licença-Maternidade
- Klabin ignora crise e inaugura fábrica de R\$ 8,5 bilhões nos Campos Gerais
- Cotação do dólar cai ao menor nível em 11 meses, a R\$ 3,30; bolsas sobem
- Deficit do governo central atinge R\$ 145 bi em 12 meses, o pior já registrado
- Banco Central descarta corte de juros neste momento
- Senado conclui votação do Supersimples
- Senado aprova MP que reduz imposto sobre remessas ao exterior
- Concessionárias são pouco competitivas no meio digital
- Sindicalistas não aceitam discutir idade mínima para aposentadoria, diz Paulinho
- Ministério do Trabalho quer ação com PRF para fiscalizar jornada de caminhoneiros
- Volkswagen leva realidade virtual ao consumidor
- Audi retoma produção do Q3 no Paraná
- Wabco passa a fornecer cilindros de freio à Mercedes-Benz
- Brasil sobe dez posições em ranking de logística do Banco Mundial e alcança 55ª posição
- Com maior procura, desemprego bate 11,2% no trimestre encerrado em maio

- Artigo: Juro real
- Toyota faz recall em 1,43 mi de carros por falha em airbag
- Pesquisa aponta diferenças salariais entre regiões do país
- Salário do trabalhador da construção civil aumentou em 2014, aponta IBGE
- DESEMPREGO NO BRASIL INTERROMPE 4 ALTAS E PERMANECE EM 11,2% NO TRI ATÉ MAIO, MOSTRA PNAD
- DE 5% PARA 11% É O POSSÍVEL AUMENTO DA ALÍQUOTA DO MICROEMPREENDEDOR
- EXCLUSIVO-TCU INVESTIGA EXCESSO DE PESSOAL E INEFICIÊNCIA EM DISTRIBUIDORAS ESTATAIS DE ENERGIA
- COM MAIOR PROCURA POR VAGAS, DESEMPREGO BATE NOVO RECORDE NO PAÍS

<b>CÂMBIO EM 29/06/2016</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,234	3,234
<b>Euro</b>	3,594	3,596

**Fonte: BACEN**

### **Indústria eleva confiança e reduz ociosidade em junho**

29/06/2016 - Fonte: Valor Econômico

Depois de recuar em maio, o nível de utilização da capacidade instalada (Nuci) da indústria brasileira voltou a subir em junho, de 73,8% para 73,9%, conforme a Sondagem da Indústria de Transformação da Fundação Getulio Vargas (FGV).

Com o resultado de abril, quando o indicador alcançou 74,3%, o dado fechado do segundo trimestre deste ano avançou 0,2 ponto percentual em relação aos três meses imediatamente anteriores, a primeira alta desde o terceiro trimestre de 2013.

Durante a atual recessão, o Nuci chegou a recuar 2,1 pontos nesse confronto, no segundo trimestre de 2015.

Em junho, o aumento foi puxado pelas categorias de bens de consumo duráveis, cujo Nuci avançou de 68,9% para 70,3%, e de bens de capital, de 66% para 67,2%. Os dois segmentos, lembra o superintendente adjunto para ciclos econômicos do Instituto Brasileiro de Economia da FGV, Aloisio Campelo, são aqueles que estão com o nível de utilização da capacidade mais distantes da média histórica, 1,8 e 1,9 ponto, respectivamente.

Para o economista, à medida em que o processo de ajuste de estoques do setor for concluído e que houver uma recuperação da atividade industrial, essa variável deve aumentar de forma mais consistente.

Além dos indicadores de confiança, já há sinais mais concretos de estabilização na Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF), que apurou resultados positivos em três dos quatro primeiros meses deste ano na comparação mensal.

Os números de maio e junho do levantamento do IBGE, ele ressalta, podem levar este segundo trimestre a interromper uma sequência de 11 trimestres de resultados negativos, em relação ao intervalo imediatamente anterior.

O nível de estoques já é considerado equilibrado nos ramos de bens intermediários, que tem se beneficiado do processo de substituição de importações proporcionado pela desvalorização do real, e no de não duráveis.

O segmento de bens de capital, diz Campelo, está próximo desse nível, enquanto as indústrias de bens duráveis e as de insumos para a construção ainda relatam inventários bem acima do ideal.

O indicador de estoques chegou a 109,8 em junho, distante do pico de 120,6 registrado em agosto de 2015 e mais próximo daquele que sinaliza uma normalização, por volta de 105. "Dois terços do ajuste de estoques já foi feito", diz Campelo.

A confiança da indústria manteve a trajetória de recuperação em junho, subiu 4,2 pontos em relação a maio e alcançou 83,4 pontos, o maior nível desde fevereiro de 2015. Assim como nos três meses anteriores, o maior otimismo em relação ao futuro foi decisivo para o desempenho positivo, já que o Índice de Expectativas (IE) saltou 7,5 pontos sobre o mês anterior, para 85,7.

Entre agosto do ano passado e março deste ano, quando houve a virada do indicador de confiança da indústria da FGV, era o processo de redução dos níveis que estoques que vinha puxando a melhora do ICI, observa Campelo, cenário que mudou nos últimos três meses.

"A melhora das expectativas respondeu por 84% da alta de abril, maio e junho", acrescenta. Nesse sentido, o desempenho do novo governo nos próximos meses será decisivo para a confiança nas próximas leituras. "[A melhora dos últimos meses] tem um pouco de efeito lua de mel", afirmou, fazendo referência ao "voto de confiança" dado pelo mercado ao presidente interino Michel Temer para que sinalize uma solução para o impasse fiscal que o país atravessa e dê início às reformas necessárias para a retomada do crescimento.

O economista ressalta que o indicador de incerteza calculado também pela FGV continua "persistentemente baixo", sinalizando que os agentes econômicos ainda têm pouca clareza do que deve acontecer nos próximos meses.

Sem uma reversão, ele completa, é difícil avaliar que haverá uma retomada consistente dos investimentos e da produção industrial.

### **Ford unirá linhas de produção para cortar ociosidade**

29/06/2016 - Fonte: Automotive Business

Em razão da alta ociosidade de suas fábricas, a Ford fará uma sinergia na mão de obra das linhas de produção de automóveis e de caminhões em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, que sempre operaram com equipes independentes. Com a junção de

atividades, a empresa alega que ficará com 850 trabalhadores excedentes, de um total de 4,5 mil.

Segundo a companhia, com a otimização e sinergia da mão de obra o mesmo grupo de empregados irá trabalhar nas duas linhas em dias alternados.

Para evitar demissões aleatórias, a empresa e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC acertaram acordo que prevê abertura de um programa de demissão voluntária (PDV) para 400 trabalhadores (300 da produção e 100 do administrativo), voltado principalmente para funcionários já aposentados.

Os outros 450 excedentes terão os contratos suspensos, no chamado lay-off, por período inicial de cinco meses, mas com possibilidade de prorrogação. Nesse programa, parte dos salários é paga pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Outra medida aprovada em assembleia de trabalhadores nesta terça-feira, 28, é a prorrogação, por três meses, do Programa de Proteção ao Emprego para cerca de 3 mil operários. O PPE, adotado em janeiro, venceria amanhã. O programa permite a redução de jornada e salários - cuja parcela também é bancada pelo FAT.

De julho a setembro, os funcionários dos setores de carros (atualmente a fábrica produz apenas o Fiesta) e de caminhões passarão por treinamento para atuar nas duas linhas.

"Foi um processo longo de quase três meses de negociação. Com o acordo conseguimos tirar o fantasma das demissões sumárias que pairava sobre a fábrica", disse, em nota, o presidente do sindicato, Rafael Marques. Inicialmente, a entidade foi informada de que a fábrica teria 1.110 excedentes.

"O acordo vai dar conta de gerir o excedente nesse cenário de crise econômica, que tem impactado profundamente o setor automotivo, preservando os empregos e abrindo espaço para a discussão do futuro da planta", afirmou Marques.

A Ford informou, também por meio de nota, que as medidas serão adotadas "em razão da contínua deterioração das condições de negócios e consequente redução dos volumes de vendas e produção".

### **Mercado em queda**

As vendas totais de caminhões caíram 31,2% de janeiro a maio ante igual período de 2015, para 21,3 mil unidades. As de automóveis e comerciais leves tiveram recuo de 26,4%, para 785,6 mil unidades, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

A Ford é a segunda montadora a anunciar que não vai renovar o PPE, nesse caso a partir de outubro. A Mercedes-Benz, outra fabricante de caminhões no ABC paulista, suspendeu o programa no fim de maio, após nove meses de adesão.

Como afirma ter 2 mil funcionários excedentes (20% do seu efetivo), a empresa abriu um PDV e mantém 1,8 mil trabalhadores em licença remunerada.

Segundo a Anfavea, até o fim de maio o setor contabilizava 6 mil funcionários em lay-off e 29,6 mil no PPE, trabalhando um dia a menos por semana.

### **Chery**

Nesta terça-feira, a montadora chinesa Chery e o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos confirmaram acordo anunciado na semana passada de lay-off por cinco meses para 180 dos 400 funcionários da fábrica de Jacareí (SP).

A partir de segunda-feira, dia 4, toda a produção será suspensa até início de dezembro. Permanecerão na fábrica apenas funcionários dos setores de administração e manutenção.

Além de estoques suficientes dos dois modelos fabricados na unidade, o Celer e o QQ, a empresa alega necessidade de preparar a linha de montagem para o início da produção do utilitário-esportivo Tiggo, hoje importado do Uruguai.

## **Ford e sindicato chegam a acordo e evitam 850 demissões**

29/06/2016 - Fonte: Automotive Busines



Os trabalhadores da Ford em São Bernardo do Campo (SP) aprovaram em assembleia realizada na manhã da terça-feira, 28, a proposta de acordo negociada entre o sindicato dos metalúrgicos e a montadora, que evitam ao menos 850 demissões imediatas.

A proposta prevê a renovação do PPE (Programa de Proteção ao Emprego) por mais três meses, além da abertura de um novo layoff e de um novo PDV (Programa de Demissão Voluntária) a partir de outubro.

A proposta aprovada prevê que a montadora aperfeiçoe seu sistema de produção de forma a alternar os trabalhadores. Até setembro, todos os metalúrgicos passarão por um treinamento a fim de habilitá-los a trabalhar nas duas linhas de montagem – a de carros e a de caminhões. Durante este período, o PPE vigora até que o treinamento seja concluído.

Já a partir de outubro, com o fim do PPE, o novo sistema de produção será implantado e vai operar de segunda a sexta-feira. Com a fusão, a empresa vai reduzir temporariamente o número de trabalhadores nas duas linhas, gerando um excedente de cerca de 850 trabalhadores.

Com isso, terá início um novo layoff para 450 metalúrgicos e a abertura do PDV com meta de adesão de 300 trabalhadores da produção e cem do setor administrativo. Ao fim dos PDVs, a estabilidade de emprego fica garantida até janeiro de 2018.

“As análises de mercado indicam que teremos uma recuperação muito lenta do setor se nenhuma medida de estímulo muito forte for feita pelo governo. A capacidade instalada é muito superior à demanda de hoje e, por isso, a importância do acordo”, disse durante a assembleia o presidente do sindicato e que também trabalha na montadora, Rafael Marques.

Segundo ele, a Ford anunciou mais um corte de 1,2 mil caminhões e 750 automóveis em seu programa anual para a planta de São Bernardo.

“Com este acordo conseguimos tirar o fantasma das demissões sumárias que pairava sobre a fábrica desde que a direção nos informou que não pretendia renovar o PPE. Ele vai dar conta de gerir o excedente nesse cenário de crise econômica, que tem impactado profundamente o setor automotivo, preservando os empregos e abrindo espaço para a discussão do futuro da planta.”

## **Metalúrgicos da Karmann-Guia vão à Justiça pedir falência da empresa**

29/06/2016 - Fonte: Gazeta do Povo

O sindicato dos metalúrgicos do ABC decidiu entrar na Justiça para pedir a falência da Karmann-Ghia alegando abandono de patrimônio. A decisão foi aprovada pelos trabalhadores durante assembleia realizada na segunda-feira, 27, e após a análise do departamento jurídico da entidade.

Segundo o sindicato, a medida judicial deverá ser proposta nos próximos dias e foi considerada a alternativa mais viável para iniciar um processo de retomada das atividades na fábrica de autopeças.

“Estamos certos de que a abertura do processo de falência é a única forma de garantir os direitos dos trabalhadores do ponto de vista legal. O interesse maior é que a empresa continue viva”, explica Rafael Marques.

Quando a crise numa empresa avança a ponto de tornar o negócio inviável, os credores, de maneira geral, buscam agilizar a cobrança de suas dívidas para ter prioridade no recebimento dos valores devidos. Aqueles que primeiro têm sucesso nestas cobranças judiciais recebem com juros e correção monetária e os demais, quando o patrimônio da devedora não é suficiente, correm o risco de não receber.

No caso das verbas trabalhistas, apesar de terem caráter alimentar - quando as pessoas dependem do salário para garantir sua sobrevivência e de seus familiares - a lei não impede que outros credores recebam antes dos trabalhadores.

Essa situação muda quando é decretada a falência: neste caso, o crédito trabalhista passa a ter preferência, até o limite de 150 salários mínimos. Desde que existam bens a serem vendidos, os pagamentos serão realizados por rateio entre os credores, estando os trabalhadores à frente na ordem de preferência. Segundo o sindicato, trata-se de um processo lento, mas pode representar a melhor alternativa para os empregados.

Durante a assembleia, os trabalhadores também decidiram dar continuidade a ocupação da fábrica, que completou 47 dias na terça-feira, 28. “A ocupação é importante para garantir a permanência do maquinário e, assim, poder defender o que é de direito dos trabalhadores. É com a luta e a união dos companheiros que vamos encontrar soluções e exigir respeito”, disse Marques.

A ocupação teve início em 13 de maio, após a Justiça dar parecer favorável aos antigos proprietários da empresa. O impasse jurídico gerou uma indefinição com relação à propriedade da Karmann-Ghia. O sindicato argumenta que atualmente não é possível saber quem são os reais donos da empresa e que ela está abandonada.

“A situação ficou insustentável. Quando iniciamos o acampamento na fábrica, até a energia elétrica havia sido cortada por falta de pagamento”, lembra o presidente do sindicato. “Os atrasos nos salários eram constantes e os benefícios trabalhistas deixaram de ser pagos. Fizemos várias tentativas de acordo, mas todos acabavam sendo descumpridos. Os trabalhadores estão sem salários desde o fim do ano passado, o último valor pago foi o correspondente a 25% do salário de um mês, depositado em dezembro. Não era possível continuar assim”, defende.

Marques acrescenta que o sindicato tem procurado as diferentes empresas credoras da Karmann-Ghia com o objetivo de buscar soluções: “O maior patrimônio da empresa são os trabalhadores. Não estamos pensando somente nos direitos, mas em construir alternativas e voltar a operar”.

29/06/2016 - Fonte: Gazeta do Povo

***Os empresários demonstraram ao presidente que o aumento de impostos não gera empregos, mas, ao contrário, compromete o crescimento sustentável e a viabilidade empresarial***

O primeiro mês do governo do presidente interino Michel Temer, como se poderia prever, externou alguns sobressaltos da agenda da nova gestão, como a substituição de três ministros e intensos rumores sobre outros auxiliares diretos.

Contudo, essas situações emergenciais nem de perto se igualam à carga de sacrifícios que a sociedade terá de fazer – aí obrigatoriamente incluído o setor produtivo – a fim de que a economia se estabilize e o país volte a crescer.

Deve-se sublinhar, no entanto, o êxito do presidente Temer com a aprovação pelo Congresso Nacional do déficit orçamentário do corrente exercício em R\$ 170,5 bilhões, que num primeiro momento escancara o formidável rombo deixado nas contas públicas pelo governo anterior, pressupondo necessariamente um rigoroso controle dos gastos públicos em serviços básicos de saúde e educação, entre outros, significando mais um ônus a ser repassado a uma população intensamente sofrida.

É inevitável discutir também as aposentadorias de servidores.

O presidente Temer havia se comprometido, na fase de organização do governo, a diminuir o número de ministérios, bem como a legião de ocupantes de cargos comissionados e funções gratificadas. Mas, se os cortes não atingiram o montante esperado pela sociedade, representam o primeiro passo da grande caminhada rumo à reconstrução aguardada pela maioria.

Uma das propostas de maior impacto em exame é a fixação de idade mínima (fala-se em 65 ou 70 anos) para a aposentadoria de trabalhadores da iniciativa privada, conquanto as mudanças pretendidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que atualmente rege as relações trabalhistas, respeitem integralmente o chamado direito adquirido – assegurado, aliás, pela Constituição Federal.

O Brasil é um dos únicos países em desenvolvimento a não colocar em prática uma norma já adotada pela maioria absoluta das economias industrializadas. A nova regra a ser estabelecida por meio da reforma previdenciária, com interveniência de entidades sindicais e do Congresso Nacional, deverá valer para trabalhadores que estejam ingressando agora no mercado de trabalho, muito embora seja imprescindível a adoção de regras de transição para as diferentes situações conhecidas no campo das aposentadorias.

É inevitável discutir também as aposentadorias de servidores federais, estaduais e municipais, hoje um dos grandes gargalos da gestão pública.

Ao lado dessa realidade socioeconômica, o país se debate com um dos efeitos colaterais mais perversos da crise que requer tratamento imediato: o desemprego que atinge mais de 11 milhões de cidadãos punidos diretamente pela brutal retração da produção industrial e do consumo, tendo como resultado o fechamento de milhares de unidades industriais, estabelecimentos de varejo ou prestação de serviços em todo o território nacional.

Em recente encontro do presidente Michel Temer com 200 empresários de vários setores produtivos, em Brasília, incluindo representantes do G7 paranaense, além da solidariedade e apoio às iniciativas anunciadas, a exposição feita ao chefe do governo por representantes do setor se resume da seguinte forma: Não à criação de novos impostos; redução da taxa de juros; investimentos em infraestrutura; abertura de

linhas de crédito para novos empreendimentos; e linhas de crédito para incentivar as exportações.

Não se discute a premência destas medidas para o reforço do caixa do governo e a volta do crescimento da economia sem aumento da carga tributária, até porque a capacidade empresarial de pagar novos impostos chegou ao limite da saturação.

Além disso, os empresários demonstraram ao presidente que o aumento de impostos não gera empregos, mas, ao contrário, compromete o crescimento sustentável e a viabilidade empresarial pela óbvia restrição de investimentos e abertura de novos empregos.

(Antonio Miguel Espolador Neto, empresário, é presidente da Associação Comercial do Paraná).

### **Governo garante benefício à criança com microcefalia e amplia Licença-Maternidade**

29/06/2016 - Fonte: Coad

Foi publicada no Diário Oficial de hoje, 28-6, a Lei 13.301, de 27-6-2016, que dispõe sobre a adoção de medidas de vigilância em saúde quando verificada situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do vírus da dengue, do vírus chikungunya e do vírus da zika.

Entre outras normas, destacamos:

- a) fará jus ao benefício de prestação continuada temporário, no valor de 1 salário-mínimo, pelo prazo máximo de 3 anos, na condição de pessoa com deficiência, a criança vítima de microcefalia em decorrência de sequelas neurológicas decorrentes de doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*;
- b) a Licença-Maternidade será de 180 dias no caso das mães de crianças acometidas por sequelas neurológicas decorrentes de doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*, assegurado, nesse período, o recebimento de Salário-Maternidade;
- c) o disposto na letra "b" aplica-se, no que couber, à segurada especial, contribuinte individual, facultativa e trabalhadora avulsa;
- d) o benefício constante da letra "a" será concedido após a cessação do gozo do Salário-Maternidade originado pelo nascimento da criança vítima de microcefalia.

### **Klabin ignora crise e inaugura fábrica de R\$ 8,5 bilhões nos Campos Gerais**

29/06/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



Como se estivesse imune à recessão econômica do país, a fabricante de papel e celulose Klabin inaugurou oficialmente nesta terça-feira (28) uma nova planta industrial, com investimentos que somam R\$ 8,5 bilhões. A unidade Puma ocupa uma área total de mais de 200 mil hectares, o equivalente a 200 campos de futebol, em Ortigueira, nos Campos Gerais do Paraná, a 250 quilômetros de Curitiba.

É o maior investimento privado do estado e um dos maiores do Brasil, que contou com financiamento de R\$ 3,37 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A nova fábrica deve gerar cerca de R\$ 300 milhões em impostos ao ano.

#### **40 mil envolvidos na construção**

A construção da unidade Puma da Klabin levou 24 meses e mobilizou o trabalho de cerca de 40 mil pessoas. Atualmente, a fábrica gera 1,4 mil empregos diretos e indiretos.

Para escoar a produção, a indústria construiu um ramal ferroviário até o Porto de Paranaguá.

Em abril, a Klabin fez o primeiro embarque ao exterior, de 20 mil toneladas de celulose, destinadas ao mercado chinês.

Segundo o diretor-geral da empresa, Fábio Schvartsman, a unidade deverá suprir as importações do mercado interno de papel do tipo *fluff*, usado para absorventes e fraldas, e de fibra de celulose longa, usada na fabricação de papéis de maior resistência e tem parte da sua produção convertida em *fluff*.

“Este projeto é um divisor de águas para a Klabin, um projeto coringa que permite ao Brasil escolher pela substituição das importações e incrementar o PIB em R\$ 1 bilhão”, calcula.

A unidade terá capacidade máxima de produção de 1,5 milhão de toneladas de celulose ao ano, sendo 400 mil de fibra longa (pinus) e 1,1 milhão de fibra curta (eucalipto).

O executivo conta que desde o início das atividades, em março, a unidade funciona em capacidade máxima de cerca de 4.250 toneladas/dia.

De acordo com Schvartsman, o Brasil não absorverá de imediato a produção de celulose de fibra longa, já que o país possui contratos de longo prazo com fornecedores internacionais. Entretanto, a tendência é que a indústria nacional recorra ao produto.

A Klabin estuda ainda investir na compra de uma nova máquina de papel cartão, mas o executivo diz que a recessão influencia sim nessa decisão e, por isso, a empresa deve esperar o momento certo para dar continuidade aos planos de ampliar a produção.

“Em algum momento isso acontecerá, mas com o atual momento da economia brasileira e mundial não temos previsão de quando construir a máquina.”

## INAUGURAÇÃO

Considerada o maior investimento privado da história do Paraná, a fábrica de celulose da Klabin foi inaugurada oficialmente nesta terça-feira (28), em Ortigueira. A nova unidade fica a 25 quilômetros de distância da planta de Telêmaco Borba. Os números envolvidos no chamado Projeto Puma são superlativos:



### COMPLEXO KLABIN EM NÚMEROS

Área equivalente ao espaço da Klabin para reflorestamento

243 mil hectares

Curitiba

43,5 mil hectares

Fonte: Redação. Imagem de satélite: Google Earth. Infografia: Gazeta do Povo.



Capacidade de produção  
1,5 milhão de toneladas de celulose



Impostos ao ano  
R\$ 300 milhões maior investimento privado no Paraná



Empregos gerados  
1,4 mil



Caminhões de concreto  
26 mil



Funcionários da obra  
40 mil



Guindastes  
45



Área da obra  
200 campos de futebol



tamanho da torre  
160 m

## Cotação do dólar cai ao menor nível em 11 meses, a R\$ 3,30; bolsas sobem

29/06/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



Após dois pregões de fortes baixas, o bom humor predominou nos mercados nesta terça-feira (28). O movimento foi impulsionado pelas expectativas de que os bancos centrais vão tomar medidas para minimizar os efeitos negativos do "Brexit" (saída do Reino Unido da União Europeia) à economia global. As bolsas e o petróleo avançaram, e o dólar perdeu terreno frente à maior parte das moedas.

No cenário doméstico, a sinalização do Banco Central de que a taxa básica de juros (Selic) não será reduzida logo por causa da inflação, aliada à falta de ação da autoridade monetária no mercado de câmbio, derrubaram ainda mais o dólar ante o real.

A moeda americana atingiu a menor cotação em pouco mais de 11 meses, chegando à casa dos R\$ 3,30, no caso do dólar comercial. A moeda brasileira é a que teve maior valorização global nesta terça-feira.

O Ibovespa ganhou 1,55%. Os juros futuros subiram no longo prazo e caíram nos contratos mais longos, e o CDS (credit default swap) brasileiro, espécie de seguro contra calote e indicador de percepção de risco, recuou.

## **Câmbio**

O dólar comercial encerrou a sessão em queda de 2,62%, a R\$ 3,3060, na cotação mais baixa desde 23 de julho de 2015 (R\$ 3,2960).

O dólar à vista fechou com recuo de 2,97%, a R\$ 3,3105, também no menor patamar desde 23 de julho do ano passado.

O cenário externo positivo e a perspectiva de manutenção da taxa básica de juros brasileira em 14,25% ao ano no curto prazo impulsionaram o real desde o início da manhã.

A queda da moeda americana real foi intensificada após o presidente do BC, Ilan Goldfajn, ter reafirmado que o câmbio é flutuante, e que a autoridade monetária poderá reduzir sua exposição cambial "quando e se for possível".

Ilan afirmou ainda que a autoridade monetária poderá utilizar todas as ferramentas cambiais de que dispõe, sempre com parcimônia. "O BC aprecia o regime de câmbio flutuante dentro do tripé macroeconômico", disse.

A interpretação do mercado é de que o BC não deve intervir tão cedo no mercado de câmbio. Além disso, a perspectiva de manutenção dos juros nos EUA e de mais afrouxamento monetário na Europa mantêm a atratividade do real, com a alta taxa de juros no Brasil.

"O mercado quer ver qual é o piso do dólar para o BC voltar a atuar no câmbio", comenta Hideaki Ilha, operador da Fair Corretora. "Se o câmbio é flutuante, em tese não haveria piso."

"A ênfase no 'se e quando' houver espaço para reduzir o estoque de swaps cambiais, no âmbito da defesa do câmbio flutuante, sugere que a valorização do real faz parte do plano de voo da autoridade monetária", escrevem os economistas José Francisco de Lima Gonçalves e Julia Araújo, do Banco Fator. "E um real valorizado não exige muito esforço de ninguém", acrescentam.

Reginaldo Galhardo, gerente de câmbio da Treviso Corretora, avalia que a autoridade monetária pode zerar sua posição vendida em dólar apenas deixando de renovar os contratos de swap cambial já existentes, como já tem ocorrido. "Neste caso, em seis meses o BC zeraria sua exposição cambial, de cerca de US\$ 60 bilhões, sem ter que fazer swap reverso", explica.

O swap cambial equivale à venda futura de dólares pela autoridade monetária, enquanto o swap cambial reverso corresponde à compra futura da moeda pelo BC.

Não há leilões de swap cambial reverso desde 18 de maio. Esse tipo de operação ajudou a segurar a queda do dólar em momentos de forte volatilidade, especialmente no período pré-afastamento da presidente Dilma Rousseff no processo de impeachment.

Além disso, os juros em patamares altos no país favorecem o fluxo de dólares, o que joga as cotações da moeda americana para baixo com a melhora do humor global. No mercado de juros futuros, o contrato de DI para janeiro de 2017 avançou de 13,650% para 13,840%.

O RTI (Relatório Trimestral de Inflação) do BC, divulgado nesta manhã, reforçou que não há espaço para corte da taxa básica de juros no momento. A autoridade monetária afirmou que "adotará as medidas necessárias para colocar a inflação na meta de 4,5% em 2017".

"A chance de queda da Selic em agosto caiu bastante. O mercado enxerga muito pouco espaço para tanto", destacam os economistas do Banco Fator.

O contrato de DI para janeiro de 2021 caiu de 12,230% para 12,070%, influenciado pela desvalorização do dólar e perspectiva de recuo maior da inflação a partir do ano que vem.

O CDS (credit default swap) brasileiro perdia 3,76%, para 334,075 pontos.

### **Bolsas**

O Ibovespa fechou o pregão em alta de 1,55%, aos 50.006,56 pontos. O giro financeiro foi de R\$ 5,8 bilhões.

As ações da Petrobras subiram 4,78%, a R\$ 9,20 (PN), e 4,16%, a R\$ 11,25 (ON). Os papéis da Vale ganharam 4,75%, a R\$ 12,56 (PNA), e 4,45%, a R\$ 15,46 (ON).

No setor financeiro, Itaú Unibanco PN avançaram 3,50%; Bradesco PN, +2,47%; Banco do Brasil ON, +2,49%; Santander unit, +1,10%; e BM&FBovespa ON, +2,57%. Na Bolsa de Nova York, o índice S&P 500 terminou com ganho de 1,78%; o Dow Jones, +1,57%; e o Nasdaq, +2,12%.

Na Europa, a Bolsa de Londres encerrou o pregão em alta de 2,64%; Paris, +2,61%; Frankfurt, +1,93%; Madri, +2,48%; e Milão, +3,30%.

As declarações do presidente do BCE (Banco Central Europeu), Mario Draghi, animaram os investidores.

Draghi afirmou que os bancos centrais em todo o mundo deveriam alinhar suas políticas monetárias para ajudar a impedir "contágios desestabilizadores" entre economias que crescem a diferentes ritmos. "Podemos não precisar de coordenação formal de políticas. Mas podemos nos beneficiar de um alinhamento de políticas", disse.

No mercado de câmbio, a libra se recuperou frente ao dólar e avançou 0,88%; o euro ganhou 0,14%.

Na China, o índice CSI300, que reúne as maiores companhias listadas em Xangai e Shenzhen, subiu 0,51%, enquanto o índice de Xangai teve alta de 0,59%.

O premiê chinês, Li Keqiang, disse nesta terça-feira que não vai permitir que o pânico que agitou as moedas e os mercados acionários globais após a decisão do Reino Unido de deixar a União Europeia cause forte turbulência no mercado financeiro do país.

### **Deficit do governo central atinge R\$ 145 bi em 12 meses, o pior já registrado**

29/06/2016 - Fonte: Gazeta do Povo

### **O rombo de maio aponta uma deterioração rápida das contas públicas. Há um mês, em abril, o deficit acumulado em 12 meses estava em R\$ 137,8 bilhões**

O governo central - União, Banco Central (BC) e Previdência Social - registrou deficit de R\$ 15,5 bilhões, ampliando o deficit registrado nos últimos 12 meses para R\$ 145 bilhões, o pior desde o início da série histórica, em 1997. A conta foi influenciada pela piora do resultado da União, somada ao rombo da Previdência.

O rombo de maio aponta uma deterioração rápida das contas públicas. Há um mês, em abril, o deficit acumulado em 12 meses estava em R\$ 137,8 bilhões. A projeção do governo é que o rombo chegue a R\$ 170 bilhões neste ano.

Nos cinco primeiros meses do ano, o déficit é de R\$ 23,8 bilhões. É a primeira vez, desde 1997, que o governo central apresenta déficit para o período.

O resultado do Tesouro Nacional - quanto a União gasta a mais ou economiza - apresentou déficit de R\$ 3,1 bilhões em maio. No mesmo mês de 2015, o resultado ficou negativo em R\$ 1,5 bilhão.

O Banco Central também apresentou déficit de R\$ 115,7 milhões, mas menor do que há um ano, quando em maio o buraco foi R\$ 257,9 milhões.

O rombo da Previdência alcançou R\$ 12,2 bilhões. No mesmo período do ano anterior, o déficit foi de R\$ 6,3 bilhões.

A queda da arrecadação foi o principal fator de desequilíbrio das contas do governo central em maio deste ano, quando comparado com maio de 2015. O tombo, corrigido pela inflação (IPCA), é de 9%. As despesas, também corrigidas pela inflação, caíram 1,8%.

No acumulado dos cinco primeiros meses do ano, em termos reais - após descontar a inflação -, as receitas do governo central diminuíram 6,1%, e as despesas cresceram 1,4%.

### ***Déficit em 12 meses evidencia deterioração fiscal, diz secretária do Tesouro***

A secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, afirmou nesta terça-feira que o déficit de R\$ 151,5 bilhões em 12 meses encerrados em maio deixa evidente a deterioração da trajetória dos resultados fiscais do País. Por isso, segundo ela, foi importante a iniciativa de revisão da meta de 2016.

Ana Paula destacou que o quadro se acentuou no fim do ano passado, com o pagamento de despesas atrasadas, as chamadas "pedaladas fiscais". De acordo com a secretária, a nova meta proposta, que permite um déficit de R\$ 170,5 bilhões em 2016, traz um resgate da credibilidade no cumprimento das metas fiscais. "Trouxe ao debate público uma meta crível, que cobre toda a estimativa de despesas e faz revisão importante de receitas", afirmou.

A secretária, que concede coletiva de imprensa pela primeira vez desde que assumiu o cargo, disse que o déficit de maio (R\$ 15,5 bilhões) veio em linha com as expectativas de mercado, apesar de ter sido maior que o registrado em 2015 (R\$ 8,1 bilhões).

Ana Paula afirmou que a queda nas receitas e a pressão sobre as despesas do governo contribuem para o déficit primário de R\$ 23,77 bilhões no acumulado dos cinco primeiros meses de 2016. "Temos crescimento de despesas totais de 1,4% de janeiro a maio, já descontada a inflação. Isso contrasta com queda de 5% na receita líquida. Isso explica o aprofundamento do déficit", disse a secretária.

"Os destaques são as receitas administradas. A queda dessas receitas tem relação com o momento econômico. Em um momento de crise, recessão, é comum que o pagamento de impostos acompanhe o ciclo econômico", disse Ana Paula.

Além disso, segundo a secretária, empresas como Petrobras e Eletrobras não têm repassado dividendos ao governo devido a suas situações financeiras, o que também impacta as receitas.

Do lado das despesas, houve aumento no volume de pagamentos de abono e seguro-desemprego. "Além disso, há uma nova sistemática de pagamentos de subsídios e subvenções, que tinham prazo de 24 meses. Por recomendação do TCU, esse prazo foi encurtado para seis meses", mencionou a secretária.

## **Meta fixa**

Ana Paula afirmou que o governo está monitorando de perto o cumprimento da meta fiscal de 2016, a qual prevê um déficit primário de R\$ 170,5 bilhões. "Somos guardiões de uma meta fixa e não abrimos mão de seu cumprimento", disse na entrevista coletiva. Ana Paula ressaltou também que a renegociação das dívidas dos Estados foi fechada dentro do espaço fiscal previsto pelo governo.

O impacto da renegociação só neste ano será de R\$ 20 bilhões, e o governo tinha uma reserva de contingência de R\$ 18,1 bilhões dedicada aos estados e também a eventuais frustrações de receitas no ano. A secretária assegurou, porém, que o acordo não vai trazer mudanças na meta fiscal.

"A renegociação foi toda feita dentro da meta, do espaço fiscal previsto. Existem outras condicionantes fiscais nos Estados que asseguram o cumprimento da meta", disse, sem detalhar, no entanto, quais seriam essas condicionantes.

## **Banco Central descarta corte de juros neste momento**

29/06/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



O Banco Central afirmou que adotará as medidas necessárias para colocar a inflação na meta de 4,5% em 2017 e que não trabalha com a hipótese de corte de juros neste momento.

As afirmações estão no Relatório Trimestral de Inflação divulgado nesta terça-feira (28). Este é o primeiro relatório elaborado sob o comando do novo presidente do BC, Ilan Goldfajn.

No documento, o BC afirma ainda que buscará deixar a inflação dentro do limite de 6,5% neste ano, mas avalia que há 70% de chances de estouro da meta neste ano. O BC reduziu também sua projeção para a queda do PIB (Produto Interno Bruto) em 2016, de 3,5% para 3,3%. A instituição alterou ainda as estimativas de inflação para este ano e para o próximo.

Segundo o BC, mantidos a taxa de juros nos atuais em 14,25% ao ano e o dólar a R\$ 3,45, a inflação fica em 6,9% neste ano e em 4,7% no final do próximo. A previsão anterior, com um dólar a R\$ 3,70 era de um IPCA de 6,6% e 4,9%, respectivamente.

## **Sem "flexibilização"**

O BC estima ainda que, se não cortar os juros, a inflação ficará abaixo da meta de 4,5% a partir no primeiro semestre de 2018.

Se a instituição, por outro lado, optar por cortar os juros neste ano, como espera parte do mercado financeiro, a inflação ficaria em 7% em 2016 e 5,5% no final de 2017. O mesmo percentual seria mantido no primeiro semestre de 2018, segundo as projeções do BC.

"Dessa forma, o cenário central não permite trabalhar com a hipótese de flexibilização das condições monetárias", afirma o BC, indicando que não trabalha hoje com a hipótese de corte de juros.

## Senado conclui votação do Supersimples

29/06/2016 - Fonte: Agência Senado



### Proposições legislativas

#### [PLC 125/2015](#)

O Plenário do Senado concluiu nesta terça-feira (28) a atualização das regras para o enquadramento das empresas no Supersimples. O texto base foi aprovado na terça-feira passada (21), mas foi submetido a um turno extra de votação, por se tratar de um substitutivo.

Com 58 votos a favor – 17 a mais que o mínimo necessário – a matéria foi aprovada por unanimidade em turno suplementar. A intenção era fazer a votação final na última quarta-feira (22), mas as emendas apresentadas em Plenário motivaram mais um pedido de adiamento de votação. Como houve alteração, a matéria volta para a análise da Câmara dos Deputados.

Supersimples é como é conhecida a legislação com regras tributárias simplificadas para as empresas de pequeno porte. A maioria das manifestações dos senadores foi no sentido de destacar a importância do projeto para as pequenas empresas e para o crescimento econômico do país.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a atualização do Supersimples ainda pode ajudar o Brasil na geração de empregos.

- É um projeto muito importante para elencar um fato positivo, de modo a incentivar a retomada do crescimento da economia do país – declarou Renan.

A relatora do projeto, senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), explicou que o objetivo das alterações é fazer mais empresas aderirem ao Simples – e, conseqüentemente, gerar mais empregos. Marta é autora do substitutivo ao projeto original do ex-deputado Barbosa Neto (PLC 125/2015 - Complementar).

Segundo Marta, o texto levado ao Plenário tenta contemplar a maior parte dos interessados. Ela destacou que houve sugestões de governadores, da Receita Federal e de entidades representativas.

- O projeto se pauta no tripé: simplificação, tributação diferenciada e incentivo ao emprego. O atual momento exige essa preocupação com o emprego – afirmou Marta.

### Emendas

Na semana passada, o líder do governo, senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), havia manifestado preocupação com a inclusão de muitas categorias no Supersimples, com receio de “um rombo fiscal muito grande”. Junto com o senador Armando Monteiro (PTB-PE), ele apresentou uma emenda para definir o critério de capacidade de geração de emprego (a relação entre folha de pagamento e receita bruta, entre 23% e 28%) para o enquadramento das empresas e das diversas categorias profissionais dentro das faixas que permitem impostos mais baixos. Marta acatou a emenda, classificando-a como “um avanço”.

- Quanto mais emprego uma empresa gerar, menos imposto vai pagar. É um critério universal, para que as diversas categorias profissionais possam usufruir do Supersimples – explicou Marta.

A relatora ainda acatou emendas sobre inclusão de serviços odontológicos, regras de exceção sobre o recolhimento de ISS e ICMS e papel do investidor anjo – que será beneficiado pelo Simples já a partir de 2017. A maioria das medidas entra em vigor em 2018.

O projeto também eleva o limite de receita bruta anual para o enquadramento como microempreendedor individual, que passa dos atuais R\$ 60 mil para R\$ 81 mil.

### **Acordo**

O senador José Pimentel (PT-CE) elogiou a atuação da relatora, que acatou várias emendas apresentadas pelos senadores. Pimentel informou, no entanto, que pedirá aos deputados para fazer mais alguns ajustes no texto.

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) parabenizou Marta e o líder do governo pelo acordo sobre o texto final. O senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) elogiou o acordo sobre o texto definitivo e sobre as emendas, que permitiu um tratamento mais igualitário entre as categorias profissionais. Ele ainda destacou a importância da legislação do Supersimples para as empresas de pequeno porte.

- Foi uma grande vitória! Buscamos uma solução para todas as categorias – afirmou Caiado.

## **Senado aprova MP que reduz imposto sobre remessas ao exterior**

29/06/2016 - Fonte: Paraná Online

O plenário do Senado aprovou a Medida Provisória MP 713/2016, que reduz o imposto sobre remessas ao exterior. A proposta já havia passado pela Câmara e vai agora à sanção presidencial.

O projeto reduz de R\$ 25% para 6% o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre remessas ao exterior para o pagamento de serviços referentes a gastos pessoais com turismo, negócios ou missões oficiais. A redução atinge montantes de até R\$ 20 mil por mês.

A matéria foi votada simbolicamente, com a concordância de todos os senadores. Durante a discussão da matéria, o senador José Pimentel (PT-CE) parabenizou o relator Dalírio Beber (PSDB-SC) por ter conduzido a matéria com audiências públicas e ouvindo os setores envolvidos.

A medida também isenta a remessa ao exterior para fins educacionais ou culturais, inclusive para pagamento de taxas escolares, taxas de inscrição em congressos, seminários ou afins e de taxas de exames de proficiência.

Na área de saúde, ficam livres as transferências para o custeio de despesas médico-hospitalares com tratamento de saúde do remetente, pessoa física residente no Brasil ou de seus dependentes.

## Concessionárias são pouco competitivas no meio digital

29/06/2016 - Fonte: Automotive Business



Falta competitividade para as concessionárias brasileiras engajarem os consumidores no meio digital. As empresas oferecem poucos recursos e serviços em seus sites e redes sociais capazes de estimular clientes a investir em um novo carro, em serviços ou em peças e acessórios. Esta é a conclusão da primeira edição do estudo Competitividade Digital das Concessionárias de Automóveis, da Prime Action. O levantamento será feito anualmente.

A consultoria pesquisou 417 sites de 152 grupos da área da distribuição de veículos, que detém o controle de 1,4 mil lojas espalhadas pelo Brasil. O estudo partiu da informação de que 90% dos consumidores fazem pesquisas online antes de comprar um carro e 81% deles iniciam este processo sem saber qual marca ou modelo querem.

“Isso mostra que há uma grande oportunidade”, destaca Carlos Campos, sênior partner da Prime Action.

Como base de comparação, o levantamento considerou a atuação online de cinco grupos da mesma área dos Estados Unidos que representam a referência de boas práticas. “De forma geral estamos bem atrasados na oferta de funcionalidades se comparados com concessionárias norte-americanas.

A diferença está mais concentrada no pós-venda e na maneira de engajar o cliente a comprar o veículo”, destaca Campos. O estudo levou em conta aspectos como a home page dos sites, se eles são responsivos a dispositivos móveis, a atuação nas redes sociais e a oferta de recursos para a venda de veículos novos, de usados, pós-venda e peças e acessórios.

Segundo o consultor, além de apresentar o produto, o ideal seria que os sites tivessem recursos como simulação de financiamento, consulta de unidades em estoque e oferta maior de fotos não só restrita às imagens divulgadas pela montadora, mas do carro que está na concessionária. “Se eu pesquiso um carro usado, por exemplo, vou querer ver fotos com boa qualidade, que mostrem os detalhes”, diz.

O mesmo acontece na área de pós-venda. Não basta oferecer ao consumidor um formulário para que ele preencha e a revenda entre em contato. O interessante é ter uma ferramenta de agendamento on-line, permitir que o cliente escolha por qual consultor técnico quer ser atendido, o preço do serviço e até a possibilidade de alugar um carro para substituir o automóvel dele, que ficará na concessionária.

No caso dos serviços e do pós-venda, Campos destaca um bom exemplo do mercado norte-americano. “Lá os distribuidores trabalham muito com cupons de desconto para a compra de peças e acessórios na concessionária. Isso engaja o consumidor. É um marketing voltado para resultado do negócio”, conta.

O consultor reforça que as redes sociais têm peso cada vez maior. Segundo ele, é necessário dar ao consumidor a possibilidade de compartilhamento das informações oferecidas no site. “As redes sociais da montadora têm alcance nacional. No caso da

página da concessionária, ela pode falar mais diretamente com os consumidores da cidade onde está.”

## **INEFICIÊNCIAS E GRANDES SACADAS**

A atuação dos grupos de distribuição no meio digital é tão fraca, que até mesmo as melhores performances tiveram pontuação baixa. Considerando os recursos que a Prime Action considera importantes para uma boa presença on-line, a média nacional das empresas pesquisadas atende a apenas 27,9% deles.

A marca com melhor resultado foi a Chevrolet, mas ainda assim com porcentual tímido, de 34,1%. Em seguida aparecem no ranking Honda, Volkswagen, Renault e Hyundai Caa. Os grupos dos Estados Unidos que serviram de parâmetro para a pesquisa atendem a 87,7% dos fatores que a Prime Action considera importantes.

Ao fazer o levantamento, a consultoria enumerou também as melhores práticas. Entre os bons exemplos apontados por Campos está uma concessionária que permite ao consumidor pesquisar carros on-line de acordo com seu poder de compra. É só indicar os valores disponíveis para a entrada e as parcelas. A partir disso a ferramenta mostra os carros que se encaixam no perfil.

Por outro lado, ainda há uma série de ineficiências. “Quando o cliente quer consultar o configurador do automóvel, tem uma série de empresas que deixam de oferecer algo do gênero na própria plataforma e encaminham o acesso para o site da concessionária. Com isso, a revenda perde o vínculo e a oportunidade com aquele cliente. É preciso pensar em mais integração”, avisa.

### **Sindicalistas não aceitam discutir idade mínima para aposentadoria, diz Paulinho**

29/06/2016 - Fonte: Paraná Online

Os sindicalistas não aceitam discutir a fixação de uma idade mínima para a aposentadoria, disse nesta terça-feira, 28, o deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP), presidente da Força Sindical, ao chegar ao Palácio do Planalto para uma reunião sobre reforma da Previdência coordenada pelo ministro chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha.

Eles entendem que o governo já determinou um limite mínimo, ao adotar a fórmula 85/95, que prevê uma elevação gradativa da soma de idade com tempo de contribuição, chegando a 90/100 em 2026. Depois dessa data, sugeriu Paulinho, seria possível continuar a progressão, de acordo com o aumento da expectativa de vida.

O governo, porém, entende que é preciso elevar mais rapidamente a idade média de quem se aposenta e pretende discutir uma regra de transição. Ou seja, a partir de uma idade mínima, uma regra seria aplicada a quem já está próximo de se aposentar.

Na reunião de hoje, o governo deverá dar uma resposta a um conjunto de propostas apresentadas pelas centrais com o intuito de elevar as receitas da Previdência - sem o que elas não querem discutir medidas que atacariam o rombo da Previdência pelo lado das despesas - como, por exemplo, a idade mínima.

As propostas são: vender imóveis do INSS (o que deve ser, de fato, anunciado hoje), restringir as isenções das entidades filantrópicas, cobrar contribuição previdenciária nas exportações do agronegócio, acabar com as desonerações e criar um novo Refis para facilitar o pagamento de dívidas previdenciárias.

Com tudo isso, admite Paulinho, o déficit permanece. Mas fica bem menor do que os R\$ 130 bilhões estimados para este ano. Aí sim, seria hora de discutir medidas adicionais.

## **Ministério do Trabalho quer ação com PRF para fiscalizar jornada de caminhoneiros**

29/06/2016 - Fonte: Paraná Online

O Ministério do Trabalho vai ampliar as ações conjuntas com a Polícia Rodoviária Federal (PRF) para fiscalizar o cumprimento da jornada de trabalho nas estradas estabelecida na Lei dos Caminhoneiros. O reforço nas ações foi discutido nesta terça-feira, 28, entre os ministros do Trabalho, Ronaldo Nogueira, e do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS), Osmar Terra, durante encontro com representantes do Comando Nacional do Transporte (CNT).

O CNT entregou aos ministros documento com reivindicações da categoria. No documento os diretores do CNT, Ivar Luiz Schmidt, Fábio Luis Roque e Cícero Teodoro pediram fiscalização mais rígida no cumprimento das horas de descanso da categoria. O texto diz que, em muitos casos, os motoristas continuam ultrapassando 16 horas de trabalho, sem parada.

A Lei determina que a jornada deve ser de oito horas, admitindo-se a prorrogação por até duas horas extraordinárias ou, se previsto em convenção ou acordo coletivo, por até quatro horas extraordinárias. É vedado ao motorista dirigir por mais de 5 horas e meia ininterruptas. A cada seis horas na condução do veículo, estão previstos 30 minutos para descanso.

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, afirmou que estuda reforçar a fiscalização. "Já existe um grupo móvel com participação do ministério que faz essa fiscalização da jornada dos caminhoneiros. Nós vamos planejar mais ações integradas com a Polícia Federal, aliando possivelmente uma campanha preventiva na mídia", disse.

O pagamento do exame toxicológico para os motoristas através do Sistema Único de Saúde (SUS) foi outra reivindicação do CNT. Os representantes do movimento argumentam que o custo médio de R\$ 400 do exame cria dificuldades financeiras para os caminhoneiros.

O ministro Osmar Terra manifestou apoio à inclusão do exame toxicológico no SUS. "Junto com o ministro Ronaldo, nós vamos conversar com o Ministério da Saúde, a quem compete analisar esse pedido. É de fato uma questão de saúde pública e de segurança", afirmou.

Sobre os pleitos apresentados na área trabalhista, o ministro Ronaldo Nogueira evidenciou que já criou um grupo de trabalho no ministério. Disse que o propósito é de, em 60 dias, apresentar uma análise da legislação, cujo aprimoramento será definido de forma tripartite.

## **Volkswagen leva realidade virtual ao consumidor**

29/06/2016 - Fonte: Automotive Business



A Volkswagen amplia as opções de sua plataforma digital com o lançamento do Virtual Experience, ação que permite ao consumidor fazer um tour a um showroom em ambiente de realidade virtual por meio de um vídeo 3D.

O primeiro vídeo da campanha apresenta em 360° alguns detalhes de cinco veículos da marca - Up!, Gol, Fox, Jetta e Golf GTI – pelo qual é possível conhecer atributos de cada um deles conforme a navegação, seja com a ajuda de um óculos de realidade virtual acoplado a um smartphone ou com o bom e velho mouse do computador/laptop.

A ideia da montadora é expandir o uso da ferramenta e criar outras oportunidades de relacionamento com o consumidor visando nele um possível futuro cliente.

“É mais uma ferramenta que pode qualificar o consumidor, prepará-lo com mais informações dos produtos da marca antes que ele vá até uma concessionária. É uma rica experiência em uma plataforma que ajuda na imersão do ambiente de realidade virtual, tornando o cliente mais seguro e certo de sua decisão de compra”, afirma Leandro Ramiro, gerente de marketing e comunicação da Volkswagen no Brasil.

Fábio de Souza, supervisor da área de propaganda, revela que a empresa pretende expandir a experiência com novos conteúdos e novos veículos e que já está preparando um segundo vídeo no mesmo molde do primeiro, desta vez baseado em uma experiência de pilotagem do Jetta em uma pista de corrida. “Também planejamos fatiar esses vídeos e compartilhar este conteúdo conforme o perfil do cliente na rede”, complementa.

A princípio, a Volkswagen não deve oferecer a experiência de realidade virtual na sua rede de concessionárias, uma vez que a iniciativa do primeiro vídeo complementa a busca do consumidor por informações do produto, o que geralmente é feito antes dele decidir ir à uma revenda.

Contudo, a empresa não descarta o uso da plataforma em diversas outras ocasiões, como eventos e outros tipos de demonstrações em ambientes públicos, como shopping centers.

#### EXPANSÃO PELA REDE

A iniciativa de democratizar o mundo da realidade virtual complementa o planejamento da montadora dentro da estratégia dedicada às plataformas digitais abrangentes na internet. “Começamos a falar desta ação em fevereiro deste ano, mas há dois anos que a Volkswagen vem reforçando sua presença nas mídias digitais”, completa Ramiro.

Exemplo disso foi o uso que a montadora fez do Snapchat, aplicativo de mensagens com base em imagens e vídeos para fazer o lançamento da versão do Up! TSI em agosto do ano passado. “Fomos a primeira montadora a utilizar este tipo de plataforma para fazer um lançamento”, explica Fabio Rabelo, gerente de marketing digital e CRM, indicando que o uso das plataformas digitais é cada vez maior dentro do processo de decisão de compra de veículos.

Os números comprovam essa tendência: no Brasil, cerca de 120 milhões de pessoas estão conectadas à internet, segundo pesquisa do Ibope Nielsen, sendo que 74,2 milhões acessam a rede via smartphone. Cerca de 41% das buscas por automóveis realizadas na internet são feitas pelo celular.

E embora os emplacamentos de veículos tenham caído exponencialmente nos últimos meses, a busca por informações sobre carros segue o sentido contrário: “O mercado caiu, mas o consumidor sabe muito bem o que vai comprar”, comenta Rabelo.

Segundo um estudo da INS realizada em 2015 sobre o processo de compra de carros novos, 67% utilizam a plataforma de vídeo durante o processo de pesquisa, sendo 44% nos canais das próprias montadoras, 36% em canais especializados no setor e 29% em outros canais, a maioria de consumidores que compartilharam suas experiências. Os vídeos ajudaram 51% dos consumidores a tomar a decisão final de

compra pelo carro contra 23% que decidiram comprar, mas que não assistiram vídeos sobre o assunto.

“A realidade virtual é a evolução do vídeo na internet”, conclui Ramiro.

### **Audi retoma produção do Q3 no Paraná**

29/06/2016 - Fonte: Automotive Business



A Audi retomou na segunda-feira a produção do utilitário esportivo Q3 na fábrica de São José dos Pinhais (PR). O modelo teve a produção interrompida entre os dias 22 e 24 de junho não por falta de bancos, como ocorreu os modelos Volkswagen fabricados nessa unidade, mas por desabastecimento de um revestimento acústico.

Diferentemente do que o Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba e Região havia informado, os componentes vêm da Alemanha e não da Espanha. Segundo a entidade que reúne os trabalhadores, a interrupção teve como motivo uma alteração na peça.

O Q3 é o segundo modelo mais vendido da Audi atualmente e teve 1,4 mil unidades vendidas de janeiro a maio. Sua montagem no Brasil teve início em março deste ano.

### **Wabco passa a fornecer cilindros de freio à Mercedes-Benz**

29/06/2016 - Fonte: Automotive Business

A Wabco conquistou um contrato de fornecimento à Mercedes-Benz dos cilindros de freio Tristop. Os componentes irão abastecer toda a linha de caminhões e ônibus da montadora.

Segundo a fabricante de componentes, o Tristop foi desenvolvido como uma solução “plug and play” para a Mercedes-Benz, reduzindo investimentos em processo de montagem e modificações no veículo.

Os cilindros de freio são fabricados em Sumaré (SP) e têm alto índice de conteúdo local. “O suporte da Wabco durante o processo de desenvolvimento e validação do Tristop foi essencial para fortalecer a parceria com a Mercedes”, afirma o presidente da Wabco para a América do Sul, Reynaldo Contreira.

Esse cilindro de freio é aplicado em veículos comerciais das linhas leve, semipesada, pesada ou fora de estrada (caminhões, ônibus, reboques, semirreboques e tratores).

### **Brasil sobe dez posições em ranking de logística do Banco Mundial e alcança 55ª posição**

29/06/2016 - Fonte: CIMM

*No País, o item com melhor avaliação é o que mede o monitoramento de cargas; enquanto houve avanços nos países emergentes, o progresso nas economias mais pobres se desacelerou pela primeira vez desde 2007.*

O Brasil subiu dez posições no ranking mundial de logística do Banco Mundial, ficando na 55ª posição em 2016. O levantamento tem a Alemanha em primeiro lugar, seguido por outros países desenvolvidos, como Luxemburgo, em segundo, e Suécia em terceiro.

Apesar da melhora, o Brasil está atrás de outros emergentes, como a Índia (35ª) e China (27ª), e países vizinhos, como Chile (46ª) e Panamá (40ª). O levantamento é divulgado a cada dois anos pelo Banco Mundial e leva em conta seis fatores, como a infraestrutura das estradas e portos, procedimentos alfandegários, prazos de entrega e eficiência de rastreamentos. Em 2014, o Brasil ficou em 65ª.

Uma das principais conclusões do relatório divulgado nesta terça-feira pelo Banco Mundial é que enquanto a logística dos países emergentes teve melhora, o progresso nas economias mais pobres se desacelerou pela primeira vez desde 2007. Nas três últimas posições do ranking estão Síria, Somália e Haiti.

No caso do Brasil, o item com melhor avaliação é sobre o "rastreamento", que mede o monitoramento de cargas, no qual o país ficou em 45ª lugar. Já a pior posição, 72ª, ficou na categoria "entregas internacionais", que mede, por exemplo, a competitividade do país nos preços das entregas pelo mundo.

"O desempenho da logística, tanto no comércio internacional como no mercado interno, é fundamental para a competitividade e o crescimento dos países", afirma no estudo a diretora do Banco Mundial, Anabel Gonzales. Para a elaboração do ranking a instituição entrevistou 1,2 mil pessoas da área de logística no mundo.

Os dez primeiros lugares são dominados por países desenvolvidos. Um dos autores do relatório do Banco Mundial, Jean-Francois Arvis, ressalta que vários países precisam avançar na logística, incluindo a melhora da qualidade dos serviços.

Uma das características comuns dos melhores colocados, afirma ele, é que essas economias mostram "forte cooperação" entre os setores públicos e privados no segmento.

O relatório de logística do Banco Mundial começou a ser produzido em 2007 e está em sua quinta edição. A melhor posição ocupada pelo Brasil no ranking geral foi em 2010, quando ficou em 41ª lugar.

### **Com maior procura, desemprego bate 11,2% no trimestre encerrado em maio**

29/06/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



Uma combinação de maior procura por trabalho sem a geração de mais vagas elevou a taxa de desemprego do país para 11,2% no trimestre encerrado em maio, divulgou o IBGE nesta quarta-feira (29).

O resultado foi bem acima do registrado no mesmo período do ano passado (8,1%). Também renovou o recorde do setor, ao marcar a pior taxa da série histórica da pesquisa iniciada em 2012.

Economistas consultados pela agência internacional Bloomberg esperavam um aumento maior da taxa de desemprego, para 11,4% no trimestre, considerando a mediana (centro) das projeções.

O país tinha 11,44 milhões de pessoas procurando emprego sem encontrar no trimestre encerrado em maio. São 10,3% a mais na comparação com os três meses anteriores e 40,2% maior em relação a um ano antes.

O rendimento real (descontada a inflação) dos trabalhadores foi de R\$ 1.982 no trimestre, estatisticamente estável frente aos três meses anteriores (R\$ 1.972) e 2,7% menor que em igual período de 2015 (R\$ 2.037).

Os dados são da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - Contínua), que acompanha 211 mil domicílio a cada três meses em 3.464 municípios espalhados pelo país.

## **DINÂMICA**

No trimestre encerrado em maio, o país tinha 90,85 milhões de pessoas ocupadas (formal ou informalmente), 0,3% a menos que nos três meses anteriores. Isso significa 285 mil pessoas a menos trabalhando. Para o IBGE, a variação apontaria estabilidade.

Quando comparado ao mesmo período do ano passado, porém, a população ocupada teve uma queda de 1,4%, o que representa 1,25 milhão de pessoas a menos trabalhando no país, segundo o instituto.

Em um ano, essas pessoas perderam emprego, principalmente na indústria. O setor ocupou 10,7% pessoas a menos frente ao mesmo trimestre de 2015. Ao todo, 1,4 milhão de pessoas foram demitidas.

Na comparação com o trimestre imediatamente anterior (dezembro, janeiro e fevereiro), o comércio foi o que mais demitiu em termos absolutos. Foram 228 mil vagas cortadas, uma queda de 1,3% no trimestre.

O corte de vagas seria suficientemente ruim para a dinâmica do mercado. Mas o quadro é ainda pior por causa do crescente número de pessoas em busca de emprego para ajudar no orçamento de casa.

O caso mais evidente desse movimento é o da população jovem. Em vez de dedicar mais tempo aos estudos, eles estão engrossando as filas de emprego do país para ajudar financeiramente os pais em casa.

Desta forma, a força de trabalho (composta por pessoas empregadas ou em busca de emprego) cresceu 0,8% no trimestre encerrado em maio frente aos três meses anteriores. Foram 784 mil pessoas a mais.

## **Artigo: Juro real**

29/06/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

Não é preciso acreditar na fantasia de que existe um equilíbrio macroeconômico "natural" que será realizado se os "mercados" funcionarem livremente e o papel do Estado for limitado a fornecer apenas os "bens públicos", que não podem ser eficientemente providos pelo setor privado, para intuir que o tal sistema só funciona bem (aumento da produtividade do trabalho próximo ao pleno emprego e uma distribuição de renda aceitável) se houver uma relação adequada entre os seus três preços fundamentais: o salário real, a taxa de juros real e a taxa de câmbio real. Isto é, eles não são independentes.

O problema é que essa bela narrativa tem pouco a ver com o mundo em que vivemos. Depois da crescente separação no século 19 entre o trabalho e o capital que o emprega, o livre funcionamento dos "mercados" revelou uma trindade maldita: 1) a flutuação do emprego; 2) o aumento da desigualdade; 3) a incapacidade de reduzir a pobreza absoluta, objeto da crítica demolidora de Marx. Para se defender do poder do capital, os trabalhadores se uniram em sindicatos, organizaram-se politicamente e conseguiram o sufrágio universal.

As nações que souberam combinar mercados regulados com o sufrágio universal e adotaram políticas econômicas que estimulam o aumento da competição no setor privado e nas quais o governo respeita o equilíbrio fiscal conseguiram combinar liberdade individual com aumento da igualdade de oportunidades e relativa eficiência produtiva, como mostram as sociedades hoje desenvolvidas.

É impossível negar empiricamente que se saíram muito melhor do que aquelas que apelaram para o intervencionismo voluntarista, o que sugere o caminho a seguir.

No Brasil, por exemplo, há uma consciência geral de que a taxa de juro real é, há muito tempo, a mais elevada do mundo, com consequências dramáticas sobre a produtividade microeconômica e perturbadoras sobre a macroeconomia.

Foram apontadas muitas causas para esse fato e feitas muitas tentativas para baixar a taxa, sempre terminando em fracasso pela falta de suporte da política fiscal e pelos defeitos estruturais da política monetária.

O endividamento público crescente e a apropriação pela União de 75% do aumento de crédito de 2015 falam por si. Os Estados estão em situação falimentar e perderam o decoro. Estão se apropriando de recursos de terceiros depositados como garantia em bancos privados que temem ter que se responsabilizar pelos seus pagamentos e o que parecia a operação de crédito mais segura (o consignado recolhido pelo desconto em folha) está sendo ameaçado de ser postergado.

Haja juro real para aguentar tanto desaforo! E com essa taxa de juros real, podemos ter um desenvolvimento saudável?

(Antonio Delfim Netto- ex-ministro da fazenda nos governos Costa e Silva e Médici), é economista e ex-deputado federal).

### **Toyota faz recall em 1,43 mi de carros por falha em airbag**

29/06/2016 – Fonte: Exame



A montadora japonesa Toyota anunciou nesta quarta-feira que fará o recall em 1,43 milhão de veículos no mundo inteiro por conta de novos problemas encontrados nos airbags fabricados pela empresa Takata.

Os modelos que passarão por revisão são os híbridos Prius, Prius PHV e Lexus CT200h fabricados entre 2008 e 2012.

Os automóveis foram comercializados no Japão (743 mil unidades), América do Norte (495 mil unidades) e Europa (141 mil unidades), segundo confirmou à Agência Efe um porta-voz da companhia.

A Toyota detectou pequenas fissuras nas soldas dos airbags do motorista e do passageiro, o que poderia causar a separação das peças do dispositivo.

Isto poderia causar que o insuflador (chassi de metal onde fica o airbag) fosse projetado em caso do airbag ser acionado e representaria um risco para os ocupantes do veículo, embora, por enquanto, a Toyota não tenha conhecimento de nenhum incidente deste tipo, segundo a mesma fonte.

A falha de fabricação é diferente da detectada anteriormente nos airbags da Takata, que causou o recall em mais de 100 milhões de automóveis de diversas marcas no mundo todo.

Os dispositivos defeituosos têm sido associados com as mortes de pelo menos 11 pessoas nos Estados Unidos e Malásia.

### **Pesquisa aponta diferenças salariais entre regiões do país**

29/06/2016 – Fonte: Canal Executivo

Saber qual é a média salarial dos profissionais brasileiros não é uma tarefa fácil, pois a remuneração pode variar de acordo com a empresa ou região do País em que trabalha.

Por outro lado, ter essa informação é importante para verificar se o salário está de acordo com a média praticada no mercado, especialmente na hora de negociar a remuneração certa, decidir entre propostas recebidas ou, até mesmo, negociar um aumento.

Pensando nisso, o Love Mondays realizou uma pesquisa com mais de 90 mil profissionais, entre maio de 2015 e abril de 2016, que aponta a média salarial de dez cargos e a diferença existente entre as regiões do Brasil.

Além das avaliações para conhecer as empresas em relação às oportunidades de carreira, ambiente de trabalho e qualidade de vida, o Love Mondays possibilita ao colaborador o acesso às informações sobre média de salários em diversas companhias e cargos. Para conhecer os dados, o profissional precisa se cadastrar na plataforma, informando a remuneração e avaliando a empresa na qual trabalha.

É possível, por exemplo, saber quanto ganha um analista comercial na organização líder de mercado ou então qual é a média salarial de um engenheiro civil na sua cidade.

O estudo revela que a remuneração pode variar muito de uma região para outra. Um profissional da área de engenharia da região Sul recebe em média R\$ 6.611, na região Centro-Oeste, o valor, em média, é quase o dobro, chegando a R\$ 12.516. Outro exemplo é para o profissional com cargo de especialista da região Nordeste e Centro-Oeste, que tem remuneração média entre R\$ 5.744 e R\$ 9.283, respectivamente.

A diferença chega a ser mais de 61%. No caso dos médicos, a diferença é ainda maior, chegando a 128%. Médicos da região Nordeste recebem em média R\$ 3.911 por mês, já na região Sudeste, o salário médio é de R\$ 8.929.

Média salarial de 10 cargos no Brasil

Foram considerados cargos com mais de 1.000 salários postados na plataforma de maio/15 a abril/16

Confira a pesquisa sobre a média salarial de dez cargos nas regiões do País acessando o link:

<http://www2.uol.com.br/canalexecutivo/notas16/280620162.htm>

### **Salário do trabalhador da construção civil aumentou em 2014, aponta IBGE**

29/06/2016 – Fonte: R7



O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou nesta quarta-feira (29) a Pesquisa Anual da Indústria da Construção 2014, com retratos do setor em todo o País naquele ano. Segundo o estudo, houve aumento de 5,6% em termos reais do salário médio dos trabalhadores da construção civil.

O rendimento mensal passou de R\$ 1.759,30 em 2013 para R\$ 1.973,67 em 2014. o setor fechou aquele ano com 2,9 milhões de empregados, em 119 mil empresas. Segundo o IBGE, a construção faturou R\$ 382 bilhões com obras e serviços. Em relação a 2013, houve retração de 0,8%.

Vale lembrar que, por serem números de 2014, os dados do IBGE não refletem a realidade do mercado da construção civil, que passa por uma crise profunda, agravada em 2015. Somente nos últimos 12 meses, o setor fechou 396,7 mil postos de emprego formais, de acordo com o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) de maio.

Há dois anos, o País vivia outro momento, com forte criação de vagas na construção. Dados do Ministério do Trabalho mostravam, por exemplo, que a profissão de servente de pedreiro foi a que mais gerou postos de trabalho entre 2007 e 2013. Porém, o cenário foi de crescentes demissões ao longo do ano passado.

O estudo do IBGE traz ainda um retrato do ano de Copa do Mundo no País, em que as obras de infraestrutura foram representaram 39% do faturamento da construção civil (R\$ 149,1 bilhões). As obras de edifícios responderam por 43,8% do total.

### **Desemprego no Brasil interrompe 4 altas e permanece em 11,2% no tri até maio, mostra Pnad**

29/06/2016 – Fonte: R7

A taxa de desemprego do Brasil interrompeu série de quatro altas seguidas e permaneceu em 11,2 por cento no trimestre encerrado em maio, mas ainda mostrando forte deterioração do mercado de trabalho e da renda em meio ao cenário de recessão e inflação elevada.

Com isso, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua mostrou que a taxa de desemprego permaneceu na máxima da série histórica iniciada em 2012, informou nesta quarta-feira o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A deterioração do mercado de trabalho fica clara na comparação com o mesmo trimestre de 2015, quando o desemprego havia sido de 8,1 por cento.

"Houve perdas significativas no mercado de trabalho principalmente em relação ao trimestre encerrado em maio do ano passado. O mercado mostra perdas que estão ligadas ao ambiente econômico", destacou o coordenador da pesquisa no IBGE, Cimar Azeredo.

O resultado do trimestre até maio foi melhor do que a expectativa em pesquisa da Reuters de que a taxa subisse a 11,4 por cento na mediana das projeções.

A Pnad Contínua mostrou que o total de desempregados no período chegou a 11,44 milhões, recorde da série e alta de 40,3 por cento sobre um ano antes, ou 3,284 milhões de pessoas a mais em busca de um emprego. Nos três meses até abril, eram 11,411 milhões de desempregados.

A população ocupada teve queda de 1,4 por cento na comparação com o mesmo período de 2015, o que significa 1,255 milhão de pessoas a menos em relação ao ano passado.

Sobre o rendimento médio da população ocupada, a Pnad Contínua mostrou que no trimestre até maio houve queda de 2,7 por cento sobre o mesmo período de 2015, para 1.982 reais.

Dados do Ministério do Trabalho já haviam mostrado a fragilidade do mercado de trabalho no Brasil em maio, ao apontar que nos cinco primeiros meses do ano foram registradas 448.101 demissões líquidas, recorde histórico para a série iniciada em 2002, após o fechamento de 72.615 vagas formais de trabalho somente no mês passado.

### **De 5% para 11% é o possível aumento da alíquota do Microempreendedor**

29/06/2016 – Fonte: R7

De 5% para 11% é o possível aumento da alíquota do Microempreendedor De acordo com o governo, medida visa equiparar o MEI à contribuição previdenciária paga pelos trabalhadores assalariados.

Elevar de 5% para 11% a alíquota da contribuição previdenciária do Microempreendedor Individual (MEI) é uma das propostas que devem ser encaminhadas pelo presidente interino Michel Temer (PMDB) no escopo da Reforma da Previdência.

Na avaliação do governo, a medida apenas equipara a alíquota dos MEIs a dos trabalhadores assalariados. Em razão da alíquota reduzida, somente em 2015 o governo deixou de arrecadar R\$ 1,3 bilhão.

Era uma vez

Estudos do Ministério da Fazenda, que incorporou a pasta da Previdência, apontam que o MEI também aumentava o rombo da área por prever a concessão de pensão vitalícia ao cônjuge, no caso de morte, apenas com o pagamento de uma contribuição. Esse equívoco já foi corrigido.

Criado para estimular a formalização de empresas, o MEI já registrou cerca e seis milhões de inscrições desde que entrou em vigor, em julho de 2009.

Os MEIs são empreendedores cujo faturamento não pode ultrapassar R\$ 60 mil por ano. Pelo projeto em tramitação no Congresso sobre o novo Supersimples, o teto de receita do MEI passará para R\$ 72 mil.

É uma alternativa de sobrevivência em tempos de desemprego e quebra de empresas.

### Transição sem consenso

A presidente afastada, Dilma Rousseff, afirmou que pretende fazer um "governo de transição" caso não seja condenada no processo de impeachment no Senado Federal. Em entrevista ao portal Agência Pública, publicada nesta segunda-feira, Dilma disse que teria um governo de dois anos, até 2018, para garantir a "qualidade da democracia no Brasil".

Questionada sobre sua promessa de chamar um plebiscito para a convocação imediata de novas eleições presidenciais, Dilma desconversou. "Não, não. Está em discussão isso. Não há um consenso. É uma das coisas, uma das propostas colocadas na mesa."

### Fechar anúncio

Dilma afirmou que precisaria recompor seu apoio no Congresso e que tentaria combater o presidencialismo de coalizão. Sem citar o PMDB ou o presidente em exercício, Michel Temer, diretamente na resposta, a petista disse que mudaria suas alianças. "Não tem mais como recompor."

### Corpo a corpo

Com a aproximação da votação do processo de impeachment no Senado, o presidente em exercício, Michel Temer, tem intensificado o corpo a corpo com integrantes da Casa que ainda se colocam como indecisos pelo afastamento definitivo da presidente Dilma Rousseff. De acordo com o calendário estabelecido, a previsão é que a votação final do processo no plenário do Senado ocorra entre os dias 24 e 26 de agosto.

De olho nesta data, Temer participou neste domingo de festa de aniversário do senador Wilder Moraes (PP-GO), em Goiás. O parlamentar ainda não declarou o seu posicionamento quanto ao impeachment, mas a recepção dada ao presidente em exercício, segundo relatos, não deixou dúvidas de como irá votar no plenário.

### Sem o "Parlashing"

Um dos candidatos cotados ao mandato tampão caso a cassação do presidente da Câmara afastado, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), seja confirmada pelo plenário, o primeiro secretário da Casa, Beto Mansur (PRB-SP), lançou a primeira etapa das obras de ampliação da Câmara, mas sem lojas e restaurantes que eram previstos no projeto original, conhecido por "Parlashing".

Segundo Mansur, não houve adesão à Parceria Público Privada, primeira intenção da Mesa Diretora da Casa para colocar a obra de pé.

### Obras inacabadas

Nesta terça-feira, 28 de junho, será realizada pela comissão externa da Câmara dos Deputados uma audiência pública para debater a situação das obras paralisadas e as possíveis medidas para evitar novos prejuízos. A comissão acompanha as obras do governo federal custeadas com recursos do orçamento da União.

Segundo o site da Câmara, o Tribunal de Contas da União (TCU) aponta que os principais motivos para paralisação de obras são: falta de justificativa (31%); problemas no projeto (27%) e pendências administrativas (19%).

## **EXCLUSIVO-TCU investiga excesso de pessoal e ineficiência em distribuidoras estatais de energia**

29/06/2016 – Fonte: R7

O Tribunal de Contas da União (TCU) começou a levantar informações sobre distribuidoras de energia elétrica estatais por preocupações quanto à ineficiência dessas empresas, que chegaram a ser descritas como "cabide de empregos para apadrinhados políticos" por auditores em reunião na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A investigação começa em momento em que o governo do presidente interino Michel Temer dá sinais de que buscará privatizar muitas das distribuidoras, em um processo visto por técnicos da Aneel como fundamental para resolver questões de má gestão e interferência política.

Os problemas identificados, inclusive, podem pesar na definição do valor dos ativos, segundo especialistas.

No alvo do TCU deverão estar principalmente as distribuidoras do grupo Eletrobras que atendem Estados do Norte e Nordeste e empresas estaduais, como a gaúcha CEEE-D, a CEA, do Amapá, e a CERR, de Roraima, segundo documentos vistos pela Reuters.

O tribunal pediu à Aneel dados sobre a composição do quadro de funcionários das empresas, bem como informações sobre o desempenho financeiro das elétricas, que sofrem prejuízos recorrentes. O material precisa ser enviado até 1º de julho.

Em reunião entre servidores do tribunal e técnicos da Aneel neste mês, cuja ata foi vista pela Reuters, foram apontados problemas de influência política na nomeação de funcionários para estatais elétricas.

"Os servidores do TCU demonstraram a preocupação com o excesso de pessoal nessas distribuidoras estatais, além da falta de critérios técnicos para admissão de funcionários", segundo a descrição da reunião.

No encontro, representantes da Aneel também foram duros ao analisar a situação das empresas e chegaram a dizer que elas enfrentam até mesmo falta de profissionais qualificados e precisariam ser vendidas ou passar por uma grande reorganização.

"A única solução na opinião dos representantes da agência, exceto a privatização, seria um choque de gestão nessas empresas, retirando todo viés político que hoje está arraigado nessas distribuidoras estatais, que deixa a meritocracia e tecnicidade em segundo plano", diz a ata.

Procuradas, as empresas não comentaram imediatamente a investigação.

#### NÍVEL DE GOVERNANÇA

O presidente do centro de estudos em energia Acende Brasil, Claudio Sales, concorda com a avaliação dos técnicos do TCU e da Aneel.

"O primeiro problema é o uso político de que essas empresas são alvo, que se traduz na total falta de meritocracia na escolha de seus dirigentes. E o baixíssimo nível de governança corporativa delas", afirmou.

Ele também apontou a venda do controle dessas elétricas como uma possível solução, com uma posterior revisão na gestão para recuperá-las, o que passaria inevitavelmente por desligamentos de pessoas em cargos comissionados e planos de demissão voluntária para reduzir eventuais inchaços nas empresas.

Procurado, o TCU afirmou em nota que "está levantando informações preliminares" para propor uma "metodologia de acompanhamento" das estatais, mas ressaltou que ainda não deu início a uma fiscalização.

No encontro com a Aneel, os auditores do TCU afirmaram estar preocupados com a "precariedade dos serviços oferecidos" por algumas dessas elétricas, que estão em processo de renovação de suas concessões, que venceram em 2015.

Os técnicos da Aneel ressaltaram, no entanto, que as elétricas estaduais Cemig, Copel, CEB e Celesc "estavam em melhores condições de gestão" frente às demais estatais.

## VENDA EM PREPARAÇÃO

As distribuidoras da Eletrobras já estão sendo preparadas para a venda. A estatal convocou uma assembleia de acionistas para aprovar junto à União um plano para vender seis dessas subsidiárias que atuam no Norte e Nordeste até o final de 2017.

O especialista Fernando Maia, da consultoria Bench, avalia que a apuração do TCU não interferiria em uma eventual venda.

"O TCU está fazendo seu papel, são empresas estatais e ele tem essa obrigação de avaliar e sugerir melhorias... agora, se o caminho for a privatização, talvez essa trajetória seja encurtada, não precisa esperar uma auditoria", afirmou.

Ele disse, no entanto, que os resultados dessas concessionárias são bastante fracos, o que poderia limitar o interesse de investidores nos ativos. "Interesse existe sim, no mercado... é uma questão de avaliar o valor, de preço".

Sales, do Acende Brasil, tem avaliação semelhante e aposta que o mais provável é que essas distribuidoras que sejam vendidas por valores bastante baixos ou mesmo simbólicos devido a essas dificuldades.

Ele lembrou que em 2004 a Cemar, distribuidora do Maranhão, foi vendida por 1 real. Situação diferente tem a Celg-D, que atua em Goiás, vista como um ativo mais interessante pelo mercado, cujo leilão agendado para 19 de agosto teve um preço mínimo estabelecido em 2,8 bilhões de reais.

Além da Celg-D, a Eletrobras pretende vender suas unidades que atuam em Acre, Amazonas, Alagoas, Piauí, Rondônia e Roraima.

Entre os eventuais interessados nas empresas, Sales listou os grupos Equatorial, Neoenergia, Enel e Energisa, todos com atuação em distribuição de energia em Estados do Norte ou Nordeste, além da CPFL.

## **Com maior procura por vagas, desemprego bate novo recorde no país**

29/06/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



Uma combinação de maior procura por trabalho sem a geração de mais vagas, elevou a taxa de desemprego do país para 11,2% no trimestre encerrado em maio, divulgou o IBGE nesta quarta-feira (29).

O resultado foi bem acima do registrado no mesmo período do ano passado (8,1%). Também renovou o recorde do setor, ao marcar a pior taxa da série histórica da pesquisa iniciada em 2012.

O país tinha 11,44 milhões de pessoas procurando emprego sem encontrar no trimestre encerrado em maio, um recorde. São 10,3% a mais na comparação com os três meses anteriores e 40,2% maior em relação a um ano antes.

O rendimento real (descontada a inflação) dos trabalhadores foi de R\$ 1.982 no trimestre, estatisticamente estável frente aos três meses anteriores (R\$ 1.972) e 2,7% menor que em igual período de 2015 (R\$ 2.037).

Os dados são da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - Contínua), que acompanha 211 mil domicílios a cada três meses em 3.464 municípios espalhados pelo país.

### ***Dinâmica***

No trimestre encerrado em maio, o país tinha 90,85 milhões de pessoas ocupadas (formal ou informalmente), 0,3% a menos que nos três meses anteriores. Isso significa 285 mil pessoas a menos trabalhando. Para o IBGE, a variação apontaria estabilidade.

Quando comparado ao mesmo período do ano passado, porém, a população ocupada teve uma queda de 1,4%, o que representa 1,25 milhão de pessoas a menos trabalhando no país, segundo o instituto.

Em um ano, essas pessoas perderam emprego, principalmente na indústria. O setor ocupou 10,7% pessoas a menos frente ao mesmo trimestre de 2015. Ao todo, 1,4 milhão de pessoas foram demitidas.

A contribuição da indústria para o desemprego no país seria ainda maior se considerada a dispensa de trabalhadores terceirizados, como pessoas de segurança, limpeza e atividades administrativas.

Na comparação com o trimestre imediatamente anterior (dezembro, janeiro e fevereiro), o comércio foi o que mais demitiu em termos absolutos. Foram 228 mil vagas cortadas, uma queda de 1,3% no trimestre.

O corte de vagas seria suficientemente ruim para a dinâmica do mercado. Mas o quadro é ainda pior por causa do crescente número de pessoas em busca de emprego para ajudar no orçamento de casa.

O caso mais evidente desse movimento é o da população jovem. Em vez de dedicar mais tempo aos estudos, eles estão engrossando as filas de emprego do país para ajudar financeiramente os pais em casa.

Desta forma, a força de trabalho (composta por pessoas empregadas ou em busca de emprego) cresceu 0,8% no trimestre encerrado em maio frente aos três meses anteriores. Foram 784 mil pessoas a mais.

### ***Formalização***

Segundo Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, o aumento da procura por emprego é fruto também da perda do emprego formal, com carteira de trabalho assinada.

Ele diz que sem a estabilidade oferecida pelos direitos trabalhistas, como salário mínimo, 13º salário, mais pessoas de uma mesma família buscam uma ocupação para aumentar a segurança do orçamento familiar.

“Além dos jovens, donas de casa e pessoas aposentadas que estavam fora da força de trabalho passam a procurar emprego por que perderam a estabilidade do emprego com carteira assinada”, disse Azeredo.

O emprego com carteira de trabalho assinada teve queda de 1,2% no trimestre encerrado em maio deste ano. O país tinha 34,4 milhões de pessoal trabalhando na formalidade, 428 mil pessoas a menos.

Uma das válvulas de escape das pessoas em busca de emprego tem sido o trabalho informal, sem carteira de trabalho assinada. Esse tipo de ocupação aumentou 3,5% no trimestre encerrado em maio, absorvendo 343 mil pessoas.